



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA**

**Estado do Rio de Janeiro**

**CONTRATO N.º 022/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 030/2025**

**CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Valença, inscrita no CNPJ n.º 39.756.648/0001-28, com sede na Praça XV de Novembro, n.º 676, Centro, Valença, RJ, representada por seu Presidente, Eduardo Lima Santana de Ávila.

**CONTRATADA:** MM Serviços de Construção e Comercio LTDA, inscrita no CNPJ n.º 16.758.698/0001-49, com sede na Av. Prefeito Henrique Borges Filho, 811, Alto de Rio Bonito, CEP 27.700-000.

As partes acima qualificadas celebram o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo limpeza, higienização e eventual reposição de componentes dos aparelhos de ar-condicionado instalados nas dependências da Câmara Municipal de Valença, conforme especificado no Termo de Referência e Documento de Formalização da Demanda (DFD).

1.2. Os serviços deverão ser realizados de forma contínua, com o objetivo de assegurar a conservação e eficiência energética dos equipamentos, bem como a qualidade do ar no ambiente, proporcionando conforto e segurança aos servidores e visitantes.

1.3. Serão atendidos 25 aparelhos de ar-condicionado, distribuídos da seguinte forma:

- 10 aparelhos com capacidade de 9.000 BTUs;
- 4 aparelhos com capacidade de 58.000 BTUs;
- 9 aparelhos com capacidade de 12.000 BTUs;
- 2 aparelhos com capacidade de 7.500 BTUs.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de contratação, garantindo a idoneidade da prestação dos serviços.

2.2. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a higienização dos aparelhos de ar-condicionado, conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do contrato, utilizando os recursos necessários para garantir o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

2.3. Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por profissionais com experiência comprovada na execução de serviços de manutenção e higienização de aparelhos de ar-condicionado, devidamente treinados para o manuseio de produtos químicos e ferramentas específicas, observando todas as normas de segurança do trabalho aplicáveis.

2.4. Realizar os serviços conforme um cronograma previamente acordado com a Câmara Municipal, contemplando:

- a) Manutenções preventivas periódicas, com frequência mínima trimestral;
- b) Realização de manutenções corretivas conforme a necessidade identificada.

2.5. Garantir a utilização de produtos e peças certificadas, obedecendo às normas vigentes, incluindo a ABNT NBR 13971 e a Portaria n.º 3.523/1998 da ANVISA.

2.6. Observar os seguintes aspectos técnicos:

- a) Inspeção completa do sistema elétrico e mecânico;
- b) Verificação e ajuste de componentes para garantir eficiência operacional;
- c) Limpeza e desobstrução de filtros, dutos e serpentinas;
- d) Reconfiguração ou reprogramação do sistema, quando aplicável;
- e) Utilização de produtos químicos adequados e regulamentados para limpeza;
- f) Remoção de sujeiras acumuladas, poeira e resíduos biológicos;
- g) Desinfecção de componentes para eliminação de microrganismos prejudiciais.

2.7. A contratada será responsável por fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo produtos de limpeza, ferramentas e peças de reposição, mediante autorização da Câmara Municipal.

2.8. Fornecer relatórios técnicos detalhados após cada intervenção, contendo:

- a) Identificação dos equipamentos atendidos (modelo, número de série e localização);
- b) Descrição detalhada dos serviços executados;
- c) Diagnóstico de falhas e substituição de peças defeituosas, mediante autorização prévia da Câmara Municipal;
- d) Medidas preventivas recomendadas;
- e) Registro fotográfico antes e depois da higienização, quando aplicável.

2.9. Os serviços executados e as peças substituídas deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias, conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

*AFM* *d*



2.10. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras despesas incidentes sobre a execução do contrato.

2.11. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações nos serviços prestados, salvo na ocorrência de motivo de força maior, conforme apuração pela legislação vigente. A contratada deverá comunicar a paralisação à CONTRATANTE no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o ocorrido ou a ordem expressa da CONTRATANTE.

2.12. Ressarcir eventuais prejuízos causados à Câmara Municipal de Valença ou a terceiros, decorrentes de ineficiência ou irregularidades na execução das obrigações assumidas, incluindo danos materiais ou outros prejuízos.

2.13. Adotar práticas sustentáveis, incluindo a destinação adequada de resíduos gerados durante a manutenção (filtros descartados, peças inutilizadas, embalagens de produtos, etc.), conforme as normas ambientais vigentes.

2.14. É vedado o uso de produtos químicos que possam causar danos ao meio ambiente ou à saúde humana.

2.15. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas neste contrato, nem subcontratar qualquer uma das prestações a que está obrigada, salvo nas condições autorizadas especificamente no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

2.16. Submeter-se a todas as normas e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, que integram este contrato, sendo estas de cumprimento obrigatório, independentemente de transcrição ou notificação formal.

2.17. A contratada será responsável por danos materiais ou pessoais decorrentes da execução dos serviços, incluindo eventuais acidentes com funcionários, servidores públicos ou terceiros, cabendo-lhe arcar com todas as despesas de reparação e indenização cabíveis.

2.18. A contratada deverá garantir atendimento emergencial para falhas críticas que comprometam o funcionamento da Câmara Municipal, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas.

2.19. Caso seja identificada deficiência técnica ou operacional de qualquer profissional da equipe da contratada, esta deverá providenciar sua substituição imediata, sob pena de aplicação de penalidades contratuais.

Armenio

J

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 3.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do contrato e seus anexos, especialmente o Termo de Referência, garantindo o bom andamento dos trabalhos.
- 3.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, zelando pelo fiel cumprimento das condições acordadas.
- 3.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, designando servidor especialmente responsável para monitorar a execução dos serviços, garantindo que sejam realizados conforme os parâmetros e padrões estabelecidos.
- 3.4. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições ou falhas na execução dos serviços, fixando prazo razoável para a correção das falhas identificadas, de acordo com os termos do contrato.
- 3.5. Efetuar o pagamento à contratada conforme o valor estabelecido no contrato, respeitando os prazos e condições acordadas, após a verificação da execução satisfatória dos serviços.
- 3.6. Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, garantindo a regularidade da contratada.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

- 4.1. O valor total do contrato é de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)
- 4.2. O pagamento será realizado em parcelas mensais, após a verificação e aprovação dos serviços executados, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório técnico correspondente.
- 4.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da entrega da nota fiscal e da confirmação da execução dos serviços conforme as condições e especificações acordadas no contrato.
- 4.4. A aprovação dos serviços pela Administração Pública é condição indispensável para a liberação do pagamento, sendo que eventuais inconformidades deverão ser sanadas pela contratada antes da efetivação do pagamento.
- 4.5. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta de titularidade da contratada, previamente informada nos documentos cadastrais.

*Armando* 



4.6. Em caso de atraso na apresentação da documentação exigida, o pagamento será automaticamente postergado até a devida regularização por parte da contratada, sem incidência de encargos para a Administração Pública.

#### 4.7. Do Reajuste Contratual

4.7.1. O valor do contrato poderá ser reajustado **anualmente**, a contar da data da assinatura do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

4.7.2. O reajuste somente será concedido mediante solicitação formal da contratada, devidamente justificada e acompanhada de planilha de cálculo, demonstrando a variação dos custos e sua repercussão na execução do contrato.

4.7.3. A Administração Pública poderá indeferir o pedido de reajuste caso constate que os aumentos solicitados não refletem efetivamente a variação de preços no mercado ou comprometam a economicidade do contrato.

4.7.4. Nos contratos cuja duração seja inferior a 12 (doze) meses, **não haverá reajuste**, salvo previsão expressa em lei ou decreto regulamentador.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

5.2. A prorrogação do contrato estará condicionada à avaliação satisfatória dos serviços prestados pela contratada, bem como à manutenção das condições originais de qualificação técnica e habilitação jurídica.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato poderá ser extinto nas seguintes hipóteses:

- a) Pelo cumprimento integral de seu objeto;
- b) Pelo advento do termo final de vigência, sem prorrogação;
- c) Por acordo mútuo entre as partes, formalizado por meio de termo aditivo;
- d) Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada;
- e) Pelo interesse público, devidamente justificado pela Administração Pública;
- f) Pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, mediante notificação formal;
- g) Pela falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- h) Por caso fortuito ou força maior que impossibilite a execução do contrato.



6.2. Em caso de extinção antecipada do contrato por culpa da contratada, poderão ser aplicadas penalidades, sem prejuízo das medidas cabíveis para ressarcimento de eventuais danos causados à Administração Pública.

6.3. A rescisão do contrato será formalizada por meio de processo administrativo, garantindo-se à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

6.4. Ocorrendo a extinção do contrato, a contratada deverá, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, entregar à Administração Pública todos os documentos, bens ou materiais que estejam sob sua responsabilidade e que sejam necessários para assegurar a continuidade dos serviços.

6.5. A extinção do contrato não exime a contratada das obrigações remanescentes, inclusive quanto a eventuais danos ou prejuízos que venham a ser apurados após sua rescisão.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a Contratada às penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021, conforme a gravidade da infração, incluindo:

- a) **Advertência Formal** – Aplicada em caso de infrações de menor impacto ou primeira ocorrência, sem prejuízo direto à execução contratual;
- b) **Multa** – Aplicada conforme a seguinte gradação: - **0,5% sobre o valor total do contrato por dia de atraso** na execução dos serviços, limitada a **10% do valor total do contrato**; - **5% do valor total do contrato** para descumprimento parcial das obrigações contratuais não sanadas no prazo estipulado; - **10% do valor total do contrato** em caso de reincidência de infrações após aplicação de advertência formal.
- c) **Suspensão Temporária** – Aplicada em caso de reiteradas infrações contratuais ou descumprimentos graves que comprometam a execução do contrato, impedindo a Contratada de participar de licitações e celebrar contratos com a Câmara Municipal de Valença por até **2 (dois) anos**;
- d) **Declaração de Inidoneidade** – Aplicada em casos de dolo, fraude, conluio ou qualquer conduta que atente contra a integridade da Administração Pública, impedindo a Contratada de participar de licitações e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, conforme o devido processo legal.

7.2. As penalidades previstas poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, de acordo com a gravidade da infração e seus impactos na execução do contrato.

7.3. Independentemente da aplicação das penalidades, a Contratada será obrigada a indenizar eventuais prejuízos causados à Administração Pública em decorrência do descumprimento contratual, no prazo de até **30 (trinta) dias** após notificação formal.

*Armando* *q*



7.4. Será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa antes da aplicação de qualquer penalidade, nos termos da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

8.1. A Contratada deverá adotar medidas para minimizar os impactos ambientais decorrentes da execução do contrato, observando os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ecológica.

8.2. Todo o descarte de resíduos resultantes da prestação dos serviços deverá ser realizado de forma adequada e em conformidade com as normas ambientais vigentes, sendo vedado o descarte irregular que possa causar danos ao meio ambiente.

8.3. A Contratada deverá assegurar a destinação correta de materiais como filtros descartados, peças inutilizadas e embalagens de produtos químicos, garantindo que sejam reciclados ou eliminados conforme as regulamentações ambientais aplicáveis.

8.4. A Administração Pública poderá realizar auditorias para verificar a conformidade das práticas ambientais adotadas pela Contratada, sendo passível de penalização o descumprimento das normas ambientais.

#### **CLÁUSULA NONA - DO COMPLIANCE E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA**

9.1. A Contratada compromete-se a observar os princípios da moralidade, probidade e idoneidade na execução do contrato, atuando em conformidade com a legislação vigente e os preceitos éticos que regem a Administração Pública.

9.2. É vedada qualquer forma de vantagem indevida, corrupção, fraude ou conduta antiética que possa comprometer a integridade do contrato ou violar as normas de compliance aplicáveis.

9.3. A Contratada deverá instituir mecanismos internos de controle e prevenção de irregularidades, bem como treinar seus colaboradores quanto às melhores práticas de ética e conformidade legal.

9.4. O descumprimento desta cláusula poderá ensejar a rescisão do contrato e a aplicação das penalidades cabíveis, incluindo a declaração de inidoneidade para contratação com o Poder Público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS**

10.1. As partes emvidarão todos os esforços para solucionar eventuais conflitos decorrentes da execução do contrato de forma consensual, priorizando a negociação direta e a mediação antes de recorrer a meios administrativos ou judiciais.

10.2. Em caso de controvérsias, as partes poderão submeter a questão à Câmara de Mediação e Arbitragem ou outro órgão de solução de disputas previamente acordado, desde que compatível com a natureza do contrato e respeitados os princípios da legalidade e publicidade.

10.3. Caso a resolução consensual não seja viável, a parte prejudicada poderá adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis, observando-se o foro competente para dirimir a questão.

10.4. A adoção de métodos alternativos de solução de conflitos não impede o exercício do direito da Administração Pública de aplicar penalidades contratuais ou adotar medidas urgentes para resguardar o interesse público.

10.5. Não sendo possível a resolução amigável do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Valença, Estado do Rio de Janeiro, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

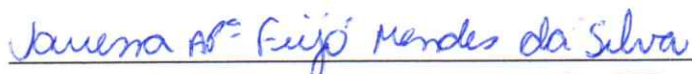
E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

**Valença, 03 de fevereiro de 2025**



**CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Valença, RJ  
Eduardo Lima Santana de Ávila  
Presidente da Câmara Municipal de Valença

**CONTRATADA:** MM Serviços de Construção e Comércio Ltda



Nome do Representante Legal e CPF  
Sócio Administrador

**Testemunhas:**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_